



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Escola inclusiva e as necessidades educativas especiais

Anna Augusta Sampaio de Oliveira
Lúcia Pereira Leite

Como citar: OLIVEIRA, A. A. S. ; LEITE, L. P. Escola inclusiva e as necessidades educativas especiais. *In:* MANZINI, E. J. (org). **Educação Especial: temas atuais**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000. p11-20-. DOI: <http://doi.org/100.36311/2000.85-86738-15-8.p11-20>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

ESCOLA INCLUSIVA E AS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Anna Augusta Sampaio de OLIVEIRA¹

Lúcia Pereira LEITE¹

Em nossa realidade, porém, parece que a competência da escola está justamente em preservar essa estrutura de poder. Como parte do sistema, ela cumpre o seu papel de seletividade: só permanecem os mais aptos, aqueles a quem foi conferido o privilégio do acesso ao saber... Não posso me conformar com essa situação. É preciso mudá-la. (Magnani, 1997, p. 203)

A construção de uma Escola Inclusiva deverá ter como pressuposto básico um novo paradigma educacional que preconiza uma Escola para Todos, garantindo a igualdade de oportunidade, independente de qualquer característica individual, incorporando a diversidade existente num país multicultural como o Brasil e nos remetendo a uma nova forma de conceber o papel da escola e o próprio conceito de deficiência. Isto começou a ser amplamente discutido após a realização de dois eventos internacionais que resultaram nos seguintes documentos: a Declaração de Jontiem em 1989, na Tailândia, e a Declaração de Salamanca em 1994, na Espanha. Assim, inicia-se todo um processo de questionamentos e reflexões em relação a que mudanças educacionais devem ser adotadas para que se efetive a proposta de *ensino inclusivo* na nossa realidade educacional.

Esta nova proposta educacional tem seus pressupostos baseados no paradigma de *suportes* que, segundo Aranha, são “instrumentos que viabilizam a garantia de que a pessoa com deficiência possa acessar todo e qualquer recurso da comunidade. Os suportes podem ser de diferentes tipos (suporte social, econômico, físico, instrumental) e têm como função favorecer o que se passou a denominar inclusão social” (no prelo). Seu pressuposto básico sinaliza que todos os indivíduos são diferentes e que cada um apresenta suas particularidades, e isto deve ser entendido não só frente as questões

¹ Docente do Departamento de Educação Especial da Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP - Campus de Marília, São Paulo.

relacionadas a inclusão na escola, mas sim em todas as instâncias sociais. Sendo assim, deve-se respeitar e compreender as diferenças e garantir condições para que todos possam participar ativamente do meio social, e não tentar normalizar as pessoas, como era feito anteriormente.

No paradigma anterior, o de *serviços*, entendia-se que a problemática estava centrada na pessoa, sendo ela diferente das demais. Então para ser incorporada no contexto social ela se submetia a diversos tipos de atendimentos que visavam e procuravam, através da participação em serviços especializados, viabilizar a sua inserção ao meio. “Deste ponto de vista, a deficiência é algo que está presente no indivíduo identificado como deficiente, no seu organismo ou no comportamento, e ausentes nas pessoas consideradas não deficientes” (Omote, 1993, p. 57).

No novo paradigma, o que pretende-se é entender e respeitar a diversidade, ou seja, que todos são diferentes uns dos outros e temos que no meio social criar condições para que se promova a participação de qualquer pessoa em qualquer instância social.

Essa nova interpretação conceitual é base para entender como lidar com a questão da inclusão no interior das escolas, pois esta, enquanto instituição, tem agora que garantir o acesso de todos. A opção por uma escola inclusiva, que atenda a diversidade em sua amplitude e, portanto, também aos deficientes, nos leva à reflexão acerca da concepção da deficiência.

O conceito de deficiência começa a mudar o foco de compreensão e análise, de uma abordagem centrada no indivíduo, para uma abordagem social, em que as expectativas normativas, no que se refere ao funcionamento dos grupos sociais (a escola, entre eles), se sobrepõem às patologias ou diferenças individuais e específicas, entendendo assim, a deficiência como um fenômeno socialmente construído (Omote, 1987) e ainda “*como uma condição complexa multideterminada, de limitação ou de impedimento da participação do indivíduo na trama de relações que compõem sua existência real concreta*” (Aranha, 1993, p. 69, grifos meus).

Não são as particularidades individuais que determinam se um aluno possui ou não uma dificuldade escolar que exija ações educativas diferenciadas, mas sim quando este aluno se depara frente às ações da escola, que está, na maioria das vezes, voltada para atendimento educacional a um grupo de referência, ou seja, a instituição escola espera que o aluno se “encaixe”

na forma do processo educativo que ela oferece.

O meio social cria mecanismos para classificar indivíduos, quer como normais, quer como anormais. o que é normal em um dado contexto, pode não o ser em outro. A definição de normalidade e anormalidade é relativa e o próprio meio possibilita situações de normalidade e de anormalidade, estabelecendo e criando normas e regras que acabam sendo seguidas e preconizadas como verdadeiras pela sociedade. (Del Masso, 2000, p.128)

E, é neste sentido, que a mudança de atitudes e paradigmas são fundamentais para construção de uma escola inclusiva, que não faça distinções entre deficientes e normais, que apresente uma proposta educacional que garanta e favoreça condições de aprendizagem a todos num só contexto, proporcionando uma educação diferenciada e dando respostas educativas ao aluno durante todo o processo de escolarização, se isto se fizer necessário, ou seja, oferecer uma educação permanente que atenda às peculiaridades de cada aluno.

Assim, ao conceito de inclusão se interpõem um outro: o conceito de necessidades educacionais especiais. Esta deve ser a referência no interior das escolas, uma necessidade educacional em relação ao currículo escolar, entendendo que as dificuldades para aprender se originam na interação do aluno com o contexto de ensino e aprendizagem. Portanto, as necessidades educacionais especiais tem caráter relativo e dinâmico, uma vez que a dificuldade educacional do aluno é considerada em relação ao nível curricular em que ele se encontra, ou seja, em relação a série em que ele está matriculado e o conteúdo previsto em cada componente curricular (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Estudos Sociais etc.).

Desta maneira algumas alterações e adaptações devem ser feitas pela escola, pelo professor ou por aqueles que sejam responsáveis pelo processo educativo, para possibilitar ao aluno condições para que o desenvolvimento da aquisição de conhecimentos ocorra. Ainda, deve-se verificar e identificar de que aluno necessita para o estabelecimento do processo de ensino.

Para a realização dessas alterações e adaptações a escola possui plena autonomia, seja para identificar as necessidades educacionais de sua clientela, seja para analisar e propor as devidas adaptações no currículo adotado, levando a reorganização dos elementos básicos deste currículo (conteúdos,

procedimentos, recursos, avaliação), garantindo assim o seu acesso a ele.

Em síntese, tem-se que pensar quais ajustamentos a escola necessita realizar (em sua dinâmica global, no currículo ou em qualquer outra instância) para incorporar o aluno com necessidades educacionais especiais no cotidiano escolar.

Sendo assim, considera-se que um aluno apresenta necessidade educacional especial quando tem dificuldades maiores que o resto dos alunos para atingir as aprendizagens determinadas no currículo correspondente a sua idade (seja por dificuldades internas, carência social ou pelo seu histórico de aprendizagem, ou por outras questões) e necessita, para compensar estas dificuldades, de adaptações curriculares em uma ou várias áreas desse currículo, na utilização de recursos específicos, mudanças na estratégia de ensino e alterações arquitetônicas, garantindo, desta maneira, o seu acesso a escola.²

Lidar com as diferenças e com o processo de inclusão significa que a escola modifica-se para receber e manter o aluno no processo educativo, apesar da diversidade. Assim, independentemente de quais forem as diferenças, os alunos devem ser mantidos nas escolas, desde que possibilitem respostas educativas às necessidades específicas dos sujeitos. Toda escola deve se movimentar em função de um alunado diversificado e, algumas vezes, dentro da diversidade, das deficiências.

As escolas devem agir para impedir a exclusão, atuando nas classes comuns onde os alunos com necessidades educacionais estejam presentes e o processo de exclusão poderia vir a acontecer, pois inclusão é um processo anterior a segregação. Segundo Glat (1998) o perigo reside quando se faz da inclusão uma colocação do deficiente em sala de aula, não ocorrendo, em contrapartida, pelos responsáveis do processo educacional, a disponibilidade para que sejam feitas as devidas adaptações.

Deve-se considerar, inclusive, a dificuldade que as escolas têm para administrar a conquista da flexibilização e da sua autonomia, pois está também nas suas mãos a responsabilidade de efetivar mudanças que impeçam o processo de exclusão e permitam construir, verdadeiramente, uma escola inclusiva que dê respostas educativas à diversidade, sejam elas sociais, biológicas, culturais, econômicas ou simplesmente, educativas.

² Parâmetro Curriculares Nacionais - Documento de Adaptações Curriculares - SEESP - MEC, 1998

Outro elemento a ser considerado é a existência de parcelas de deficientes que não poderão beneficiar-se da escola inclusiva, pelo menos dentro dos recursos didático-pedagógicos disponíveis atualmente. No entanto, certamente, não são esses alunos os que estão presentes nas escolas atuais.

Currículo escolar e adaptações curriculares

A incorporação de um novo paradigma educacional que inclua a diversidade, obriga a modificações internas na escola, na sua organização, na oferta de apoios específicos (seja para professores ou alunos), nos intercâmbios entre escolas, classes, comunidade, na utilização dos recursos da comunidade (sejam de ordem clínica, pedagógica, materiais, físicos), alterações estruturais e adaptações arquitetônicas, preparação do pessoal técnico administrativo, treinamento de funcionários, viabilização de recursos e tudo mais que seja necessário.

Essas adaptações que permitirão a incorporação das particularidades de cada aluno devem ser previstas e planejadas no Projeto Pedagógico de cada escola, pois não é possível falar em inclusão sem ajustes específicos de cada unidade escolar. Embora, o currículo tenha que garantir a referência nacional, a escola possui autonomia para dar respostas educacionais ao seu alunado, respostas que podem ser as mais variadas, como variadas são as diferenças existentes dentro das regiões do país, dos estados, dos municípios e dos bairros. Ainda, cabe a escola entender e respeitar que todos os alunos possuem suas idiossincrasias, ou seja, assumir que o grupo social é formado de indivíduos diferentes na sua particularidade.

De acordo com Heredero (1999) adaptações curriculares são ajustes ou modificações que se efetuam na oferta educacional comum para dar resposta aos alunos com necessidades educacionais especiais em um continuum de respostas à diversidade. São previstos níveis de adaptações curriculares, partindo sempre de um nível mais geral, para chegar ao específico, se necessário. Os níveis a que nos referimos são os seguintes:

1. *adaptações curriculares de escola*: são adaptações que se realizam nos diferentes elementos do projeto pedagógico desenvolvido pela equipe da escola para responder às necessidades educacionais especiais, como por exemplo: retirada de barreiras arquitetônicas, busca de recursos materiais,

formação dos professores, configuração de horários para o trabalho interdisciplinar, organização de apoios, orientações técnicas e outras que forem julgadas necessárias pela equipe escolar.

2. *adaptações curriculares de aula*: refere-se a um conjunto de ajustes nos diferentes elementos da proposta curricular para possibilitar o processo de ensino-aprendizagem e interação do aluno com necessidades educacionais especiais na dinâmica geral da aula. São modificações que se realizam no contexto de sala de aula e estão relacionadas com a priorização de objetivos e atividades, formas de agrupamento de alunos, organização dos recursos materiais, utilização de variados procedimentos de avaliação e, essencialmente, o uso de uma metodologia variada que permita a interação e o estabelecimento do processo de ensino-aprendizagem.
3. *adaptações curriculares individuais*: essas adaptações só deverão ocorrer quando todas as alternativas foram tentadas e o aluno possua um nível curricular significativamente abaixo do esperado pela sua idade. Assim, caracterizam-se como um conjunto de modificações propostas para um determinado aluno, com o objetivo de responder às suas necessidades educacionais especiais às quais podem ser compartilhadas pelo resto dos alunos.

As adaptações também diferem quanto ao tipo, podendo ser caracterizadas como não-significativas ou pouco significativas (ou de pequeno porte) e adaptações curriculares significativas ou muito significativas (de grande porte). Adaptações curriculares não-significativas são modificações que se realizam nos diferentes elementos da programação, porém não afetam praticamente os elementos básicos do currículo, supõem leve alterações, afetam o geral e a metodologia. Trata-se de ajustes pouco significativos em seu conteúdo, nas formas de ensinar, na avaliação ou recursos utilizados, os quais poderão ser priorizados ou modificados, porém não afetam os objetivos e conteúdos considerados básicos.

As adaptações curriculares muito significativas, ao contrário, são modificações individuais que se efetuam substancialmente nos elementos básicos do currículo, nos objetivos, conteúdos e critérios de avaliação para responder à necessidade de cada aluno. Supõem a modificação, algumas vezes, a eliminação de conteúdos e objetivos considerados nucleares ou básicos de cada área, comprometem a superação dos objetivos do ciclo e devem ser propostas para

alunos com dificuldades graves de aprendizagem e ser utilizadas em caráter excepcional. Afinal,

a existência de currículos abertos e flexíveis é uma condição fundamental para que se possa responder às diferentes necessidades dos alunos e dos contextos sócio-educacionais em que se desenvolve o processo de ensino-aprendizagem. A resposta às necessidades especiais dos alunos deve ser buscada no currículo comum, realizando-se ajustes e adaptações precisas, como via básica para que seja assegurada a igualdade de oportunidades” . (Blanco & Duck, 1997, p. 188)

Avaliação Psicopedagógica

Ao pensar na implantação de uma adaptação curricular tem-se que estabelecer as possibilidades reais do aluno e as condições de sua aprendizagem. Para tanto, faz-se necessário empreender um processo avaliativo que conduza ao delineamento das ações pedagógicas necessárias para atender determinado aluno.

Assim, uma avaliação psicopedagógica caracteriza-se como um processo de levantamento de informações e de elaboração de hipóteses descritivas e explicativas sobre as dificuldades que apresentam determinados alunos em seu processo de aprendizagem. São objetivos da avaliação: determinar a necessidade educacional do aluno, tomar decisões sobre sua escolarização, elaborar propostas de adaptações curriculares, propor adaptações significativas (se necessárias), determinar recursos e apoios à sua necessidade, e também determinar tanto o seu estilo de aprendizagem quanto o estilo de ensino do professor.

Alguns elementos são importantes para que se possa elaborar um perfil pedagógico do aluno que necessita de adaptações específicas, portanto determinados componentes avaliativos devem estar contidos nesse processo. Podem ser citados, como sugestão, os seguintes componentes:

1. Dados pessoais e familiares;
2. Motivo da avaliação;
3. Histórico da aprendizagem e apoios recebidos;

4. Desenvolvimento geral do aluno:

4.1 Aspectos psicopedagógicos

4.1.1 Biológico e motor

4.1.2 Perceptivo (visual e auditivo)

4.2.1 Adaptação sócio-emocional (interação na sala de aula)

4.2 Níveis de competência curricular

4.2.1 Áreas curriculares (componentes curriculares)

4.2.2 Estilo de aprendizagem e motivação para aprender

4.2.3 Estilo de ensinar e condições ambientais favorecedores da aprendizagem

O processo de avaliação pedagógica deverá indicar caminhos para a ação educacional, prevendo adaptações a serem empreendidas na escola, na sala de aula e, se necessário, adaptações individuais.

Após a organização dos dados avaliativos, deve-se realizar a elaboração de um documento de adaptação curricular em que ficarão estabelecidas ações gerais a serem realizadas nas diversas instâncias educacionais para acompanhamento e contínua avaliação pela equipe escolar, uma vez que a necessidade educativa tem caráter dinâmico e pode estar se modificando continuamente.

Adaptação curricular de caráter geral

NOME DO ALUNO:

ESCOLA:

SÉRIE:

PROFESSORA:

ESCOLA	AULA	ALUNO – NEE

Essa proposta abrange as ações gerais a serem empreendidas, seja pela escola ou na sala de aula e indica as necessidades educacionais específicas de um determinado aluno. Sem dúvida além destes indicadores, o professor deverá ter registros acerca das necessidades referentes a cada área dos componentes curriculares e diretrizes avaliativas para acompanhar o processo de desenvolvimento do nível curricular e educacional do aluno.

Referências Bibliográficas

- ARANHA, M. S. F. *Inclusão social da criança especial*. São Paulo: Editora Rocco (no prelo).
- ARANHA, M.S.F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. *Temas em Psicologia*, n. 2, p. 63-70 , 1993.
- BLANCO, R., DUK, C. A . A integração dos alunos com necessidades especiais na região da América Latina e Caribe: situação atual e perspectivas. In: MANTOAN, M.T. *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon, 1997. p. 184-195.
- DEL MASSO, M. C. S. *Orientação para o trabalho: uma proposta de adaptação curricular para alunos com deficiência mental*. São Paulo, 2000. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo.
- GLAT, R. Inclusão total: mais uma utopia? *Revista Integração*, n. 20, p 27-29, 1998.
- HEREDERO, E. S. *Necesidades educativas especiales y adaptaciones curriculares*. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, 1999. (Mimeogr).
- MAGNANI, M. R. M. *Em sobressaltos: formação de professor*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais educativas especiais. Brasília: MAS/CORDE, 1994.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares* –Brasília: SEF/SEESP, 1998.

OMOTE, S. *A integração do deficiente: um pseudo-problema científico*. Temas em Psicologia, n. 2, p. 55-66, 1993.

_____. A importância do enfoque social para o estudo das deficiências. CICLO DE ESTUDOS SOBRE DEFICIÊNCIA MENTAL, 4, 1987, São Carlos. *Anais...*São Carlos: UFSCar, 1987. p. 18.